

# ANÁLISE DE CLASSE E A QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA DO TRABALHO NO BRASIL\*

## *CLASS ANALYSIS AND THE DROP IN EARNINGS INEQUALITY IN BRAZIL*

Flavio Carvalhaes<sup>a</sup> e Pedro Souza<sup>b</sup>

**Resumo** Neste artigo, pretende-se relacionar a dinâmica da queda da desigualdade de renda no Brasil, observada na última década, à estrutura de classes no país. Na busca pela descrição dessa associação, apresentam-se e avaliam-se, empiricamente, discussões recentes do debate internacional sobre análise de classe quanto à definição e à operacionalização de seu conceito. Discussões recentes propõem a viabilidade de uma estratégia “neodurkheimiana” para a análise de classe, uma via “micro”, que privilegia uma concentração nas ocupações em si, diferentemente das estratégias neoweberiana e neomarxista, que operariam em perspectivas “macro”. Os resultados apontam para a relevância da análise de classe ao estudo da desigualdade de renda do trabalho no Brasil e para as dinâmicas internas à estrutura de classes do país que merecem um estudo mais aprofundado e sofisticado metodologicamente. Eles também apontam reservas significativas em relação à proposta neodurkheimiana e indicam que a operacionalização de uma tipologia de classes neoweberiana disponível na literatura brasileira é satisfatória e revela aspectos não triviais da dinâmica da desigualdade no país.

**Palavras-chave:** análise de classe; desigualdade de renda; microclasse; macroclasse; estratificação social.

**Abstract** *Our objective in this article is to associate the drop in Brazilian earnings inequality with the country's class structure. In order to do that, we present two possible strategies present in the international literature about class analysis. In*

---

\* Agradecimento aos comentários prévios a este trabalho, emitidos por José Alcides Figueredo Santos, Nelson do Valle Silva, Carlos Antônio Costa Ribeiro, Rogério Barbosa e Marcelo Medeiros.

a Professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Núcleo Intedisciplinar de Estudos sobre Desigualdade.

b Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

*the last fifteen years, a critical debate has emerged among class analysis scholars regarding the proper ways to conceptualize and operationalize the class concept. A new proposal, with a durkheimian inspiration, has been advanced in opposition with the previously available options, inspired by marxist and weberian literatures. After presenting the main analytical differences between these strategies, we proceed to evaluate them in an empirical fashion, relating these debates with Brazilian trends about earnings inequality. Our results show that class is an important dimension to understand inequality in Brazil, but the neo-durkheimian approach is not a promising strategy to understand this process.*

**Keywords:** *class analysis; earnings inequality; micro class; macro class; social stratification.*

Há mais de uma década, a desigualdade de rendimentos do trabalho está em queda no Brasil, tendo atingido em fins da primeira década do século XXI, nos últimos vinte e cinco anos, embora ainda esteja em níveis muito superiores aos dos países desenvolvidos. Graças às pesquisas, sobretudo de economistas, sabe-se que dois aspectos são centrais para entender esse fenômeno: o controle da inflação e a mudança da composição educacional da população (FERREIRA; BARROS, 1998, p. 164; FERREIRA; LITCHFIELD, 2001; FERREIRA et al., 2006). No caso da educação, por exemplo, tanto a desigualdade educacional da força de trabalho quanto os diferenciais de remuneração por nível educacional declinaram, o que explicaria cerca de um terço da queda recente da desigualdade da renda do trabalho (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p. 60). Além disso, outros determinantes importantes dessa queda seriam a relativa homogeneização da composição etária da população, que contribuiu para diminuir as diferenças de retornos em experiência (BARROS et al., 2006), e certa convergência entre os rendimentos dos setores rurais e urbanos (FERREIRA et al., 2006).

Embora tais explicações sejam bastante convincentes, ainda há, principalmente para os sociólogos, um aspecto potencialmente relevante, porém pouco abordado: o da relação entre a queda da desigualdade e a estrutura de classes no Brasil<sup>1</sup>. O propósito deste artigo é justamente contribuir nesse sentido. Procura-se, a partir de um ponto de vista sociológico, oferecer algumas evidências analíticas

---

1 Um dos poucos estudos que investiga precisamente essa relação é o de José Alcides Figueiredo Santos (2000), que desenvolve uma crítica sociológica dos modelos do capital humano para mostrar a relevância da estrutura de classes na desigualdade de renda. Em uma perspectiva distinta, igualmente preocupada em analisar a ligação entre desigualdade de renda e a estrutura de classes, encontram-se os trabalhos de Silva (2003) e Ribeiro (2007).

e empíricas para o debate sobre a desigualdade de renda no Brasil. Nesse sentido, o presente trabalho pode ser visto como um primeiro investimento que subsidia discussões aprofundadas em outros artigos que procuram relacionar a estrutura ocupacional ou de classes no país, transformações no alcance educacional da população e a relação desses processos com a desigualdade de renda (CARVALHAES et al., 2014; SOUZA; CARVALHAES, 2014).

A principal diferença do presente artigo em relação aos anteriores é que as perguntas que movem aqui as reflexões pretendem contribuir não somente para o objeto empírico que serve como mobilizador (a desigualdade de renda), mas também há interesse nos critérios de operacionalização dessa variável central para a análise sociológica, a classe social. Especificamente, pretende-se entender se recentes debates internacionais sobre a análise de classes têm alguma pertinência teórica e empírica no Brasil, especialmente as discussões em torno do uso de “macro” ou “microclasses” para a análise sociológica da desigualdade. Nos debates internacionais dos últimos vinte anos, de um lado, é possível localizar autores – como John Goldthorpe e Erik Olin Wright – que defendem que, a partir de alguns critérios estabelecidos como fundamentais, é possível agregar um conjunto de ocupações sob uma mesma dimensão (GOLDTHORPE, 2002; WRIGHT, 2005). Os critérios propriamente ditos variam, naturalmente, mas o ponto básico desses autores é de que é possível compreender a dinâmica geral do mundo do trabalho a partir das relações entre macroclasses. Em geral, com raízes neweberianas ou neomarxistas, esse tipo de abordagem é bastante tradicional, estando por trás de inúmeros trabalhos clássicos que podem receber essa classificação não somente por sua importância para a especialização disciplinar convencionalmente chamada de “estratificação social”, mas da Sociologia como um todo (os exemplos mais famosos nesse sentido são, sem dúvida, Erikson; Goldthorpe, 1992b, e Wright, 1997). De outro lado, estariam os partidários da teoria neodurkheimiana das microclasses, ou teoria da estruturação desagregada, capitaneados por David Grusky, elaborando um argumento que recoloca as ocupações propriamente ditas no centro da análise de classes. Sob essa ótica, em vez de trabalhar com agregados construídos, o mais apropriado seria precisamente utilizar as distinções ocupacionais institucionalizadas no mercado de trabalho, com justificativas analíticas e empíricas para tal investimento (GRUSKY; SORENSEN, 1998; GRUSKY; WEEDEN, 2001; WEEDEN, 2002; GRUSKY; GALESCU, 2005; WEEDEN et al., 2007).

Neste trabalho, tentar-se-á tanto compreender melhor a relação entre estrutura de classes e desigualdade de renda no Brasil como também apreender até que ponto a teoria de Grusky acerca da “ocupacionalização” do mercado do trabalho

pode ajudar na compreensão da dinâmica da desigualdade de renda no país. Estar-se-ia caminhando para uma ocupacionalização do mercado de trabalho? A queda da desigualdade até aqui ocorreu mais entre (macro) classes, entre ocupações ou dentro das ocupações? Essas são algumas das perguntas principais que se pretende responder.

## MICRO OU MACRO CLASSES?

Tradicionalmente, as aplicações empíricas da análise de classe se fundamentaram em esquemas de cunho neoweberiano, capitaneados sob a liderança do inglês John Goldthorpe, do sueco Robert Erikson e seus associados no projeto CASMIN (ERIKSON; GOLDTHORPE, 1992a e b), ou neomarxista, como o de Erik Olin Wright (1997), seus colaboradores e longa iniciativa teórica e empírica de fundamentar uma análise de classes legitimamente neomarxista no capitalismo contemporâneo. Em que pesem diferenças conceituais importantes – como, por exemplo, o foco de Wright nas formas de exploração como critério de construção das classes, por oposição às “relações de emprego”, tal como definidas por Goldthorpe e seus associados –, ambas as correntes produziram, até hoje, tipologias que, na prática, acabam apresentando semelhanças perceptíveis, tanto nos procedimentos metodológicos básicos de sua operacionalização, que envolvem, necessariamente, a agregação de categorias ocupacionais combinadas com outras características da inserção laboral dos indivíduos, como resultados empíricos bastante parecidos, em diversos processos socioeconômicos, notadamente, níveis salariais, estabilidade no emprego e outros (GOLDTHORPE, 2000, 2007).

Recentemente, David Grusky e seus associados questionaram a validade dessas estratégias de agregação, recorrendo aos escritos de Durkheim (2008)<sup>2</sup> para elaborar uma teoria que defende o trabalho diretamente com as ocupações, o que, segundo os autores, justificaria a chamada abordagem das microclasses, termo propositalmente escolhido, em oposição à estratégia analítica e metodológica das “macroclasses” descritas brevemente nos parágrafos anteriores. A crítica central

---

2 Na trindade convencionalmente considerada como fundadora da moderna tradição sociológica, o “pai fundador” que faltava nas considerações sobre a análise de classes era Durkheim. Não que ele estivesse de todo ausente, pois os escritos do sociólogo francês exerceram bastante influência sobre a obra de Talcott Parsons (1964) e suas propostas sobre a organização dos sistemas sociais e seus estratos, que serviu de orientação para a geração de estudos ligados à “realização de *status*” (BLAU; DUNCAN, 1967). Portanto, seria possível defender uma presença indireta de Durkheim, em uma área central dos estudos de estratificação social, mas, como influência direta para considerações teóricas sobre a análise de classes, a presença de Durkheim é relativamente recente (GRUSKY; GALESCU, 2005).

da nova abordagem é que sustentam que, ao colocar sob uma mesma rubrica um conjunto de ocupações, há um desrespeito à sua heterogeneidade e perdem-se de vista importantes atributos da estrutura ocupacional, como sua ligação com a identidade dos indivíduos e as diferentes capacidades de proteção ou acesso a direitos. Para captar essas nuances, seria necessário levar a análise de classes para o nível real, onde os grupos sociais se formam em torno de nichos funcionais da divisão social do trabalho, ou seja, o nível ocupacional. Essa perspectiva teria a virtude de substituir as categorias puramente nominais utilizadas nas análises de macroclasses por categorias “realistas”, isto é, que estão enraizadas nas próprias instituições sociais e que, por isso, são portadoras de sentido não só para acadêmicos, mas também para o público em geral (GRUSKY; SOREENSEN, 1998).

O caráter institucionalmente arraigado e realista das ocupações seria uma consequência, principalmente, do fato de que as estratégias de fechamento social – como a emissão de licenças ou as exigências de credenciais mínimas – operariam não no nível de macroclasses abstratas, mas sim no controle da entrada e permanência nas ocupações mais detalhadas. Ao agregar um conjunto ocupacional heterogêneo, as abordagens ligadas às macroclasses misturariam ocupações “maduras”, em suas estratégias de fechamento, com aquelas que têm estratégias incipientes ou inexistentes (GRUSKY; WEEDEN, 2001, p. 205). Analiticamente, isso seria custoso, pois seria perdida a noção de um aspecto importante da estruturação do mercado de trabalho, que é compreender os mecanismos geradores de “rendas” (*rents*), que seriam retornos inflacionados por mecanismos relativamente artificiais criados no nível ocupacional, os quais conseguiriam fazer com que houvesse uma valorização dos serviços prestados pelos praticantes de determinada ocupação, além do nível competitivo do mercado (SOREENSEN, 1996, 2005). Em outras palavras, as unidades elementares da exploração fundamentada em habilidades ou conhecimentos [*skill-based exploitation*] seriam as ocupações propriamente ditas, com o potencial para abocanhar *rents*, surgindo precisamente nesse nível. Ou seja: uma análise de classes que focalizasse o nível ocupacional seria potencialmente mais completa, em razão de seu caráter “realista”, que poderia dar conta das ligações entre inúmeros aspectos comumente associados à estrutura de classes, como a construção de identidades coletivas, a consciência e o conflito de classe, as diferenças em chances de vida e as estratégias de exclusão e fechamento social (GRUSKY; SOREENSEN, 1998; GRUSKY; WEEDEN, 2001; GRUSKY; GALESCU, 2005).

A própria teoria, contudo, admite que a ocupacionalização pode não ser completa. Grusky reconhece que, em certos casos, associações ocupacionais podem não emergir, seja em virtude da competição de outras formas associativas (por

exemplo, grandes centrais sindicais), seja simplesmente porque a organização se mostrou inviável (GRUSKY; GALESCU, 2005, p. 65). Diferenças de etnia, raça, gênero, estrutura industrial e sindical poderiam influenciar o desenvolvimento dessa forma mais desagregada de estruturação, e, mesmo em casos em que a ocupacionalização teve grande extensão, não há a ambição de afirmar que processos relativos às ocupações seriam os únicos a exercer influência, por exemplo, na determinação dos salários (WEEDEN, 2002).

De todo modo, em geral, as tendências identificadas por esses autores apontam para um possível aumento do grau de ocupacionalização: Grusky e Sorensen (1998), por exemplo, sugerem que os processos de reestruturação produtiva, o declínio das grandes empresas verticalmente integradas e o aumento da terceirização e da diferenciação produtiva tendem a criar condições estruturais que favoreçam a emergência de solidariedades cada vez mais localmente situadas, em termos de ocupações específicas, e não organizações abrangentes. Esse fenômeno seria particularmente agudo, nos setores profissionais altamente especializados, que seriam justamente aqueles setores em maior expansão no novo cenário econômico. Weeden et al (2007) apresentam uma argumentação muito parecida, quando destacam o notável sucesso das ocupações profissionais especializadas em estabelecer mecanismos de fechamento social e de proteção de seus interesses. No entanto, esses autores qualificam essa tendência à ocupacionalização, ao lembrar que, nos setores manuais em geral, os instrumentos de fechamento, como os sindicatos, têm perdido eficácia nos últimos vinte anos. Isso sugeriria um quadro em que a tendência ao crescimento da desigualdade entre ocupações seria, em alguma medida, contrabalançada por forças “desocupacionalizantes”.

Um dos traços característicos da teoria das microclasses está em sua ligação íntima com o contexto norte-americano de aumento expressivo das desigualdades de renda, nos últimos trinta anos. Entre 1983-1985 e 2000-2002, por exemplo, o índice de Theil para a renda do trabalho nos Estados Unidos teria aumentado 19% (KIM; SAKAMOTO, 2008, p. 137). Trata-se, afinal, de uma teoria que tenta dar conta desse crescimento da desigualdade geral e também da heterogeneidade cada vez maior das macroclasses. Não causa espanto, assim, que boa parte dos estudos empíricos que testam essa abordagem tenha se fundamentado em dados americanos. Até o momento, não parece haver um consenso consolidado sobre os resultados: embora haja resultados que aparentemente confirmam aspectos da teoria (WEEDEN, 2008), outros autores chegam a conclusões bem diferentes. Kim e Sakamoto (2008), por exemplo, lançam mão de regressões multinível para investigar as causas determinantes do aumento da desigualdade e concluem que

seus resultados não são consistentes nem com a teoria de Grusky nem com a teoria das mudanças tecnológicas fundamentadas em habilidades [*skill-biased technological changes*, ou SBTC<sup>3</sup>]; segundo eles, mais de 75% do aumento da desigualdade estaria associado à desigualdade intraocupacional – e não entre ocupações –, e a chave explicativa estaria nas mudanças institucionais e organizacionais ensejadas pela “nova economia”, isto é, a nova configuração econômica que se caracteriza pela globalização, pelo avanço da tecnologia da informação e pela reestruturação produtiva. Entre essas mudanças, eles citam a maior variância das características dos empregadores – com megacorporações convivendo lado a lado com pequenos proprietários –, o declínio dos mercados de trabalho internos e os maiores retornos associados a quem está no topo de cada ocupação<sup>4</sup>. Essas conclusões, no entanto, devem ser tomadas com cautela: Mouw e Kalleberg (2010), por exemplo, utilizam o mesmo banco de dados para decompor a desigualdade de salários, concluindo que as mudanças entre 1983-1985 e 2000-2002 se devem majoritariamente a diferenças em termos dos salários médios entre ocupações. Além disso, eles calculam que 71% do aumento da desigualdade entre esses anos pode ser atribuído a mudanças – em termos dos salários médios, da dispersão interna ou do tamanho proporcional – de apenas quatorze ocupações<sup>5</sup>.

No presente artigo, pretende-se dialogar com a literatura mobilizada acima em dois sentidos distintos, porém complementares. De um lado, pretende-se avaliar, principalmente a partir de um exercício empírico, se existem evidências empíricas no contexto brasileiro que apontem para a necessidade de analisar tendências do mercado de trabalho no nível de micro, e não de macroclasses, como foi o caso até o presente. Adicionalmente, o trabalho também apresenta descrições da desigualdade de renda no Brasil e uma decomposição a partir da análise de classes,

---

3 Bastante popular na literatura econômica, a teoria das *skill-biased technological changes* afirma que as mudanças tecnológicas recentes teriam aumentado sensivelmente a demanda por trabalhadores muito qualificados, ao mesmo tempo em que diminuiu a demanda por trabalhadores com baixa qualificação. Dessa maneira, os crescentes retornos para a habilidade/conhecimento seriam a principal causa do aumento na desigualdade de salários nos EUA (consultar, por exemplo, Juhn; Murphy; Pierce, 1993; Violante, 2008).

4 Sobre este último ponto, fundamentado no argumento de Frank e Cook (1996), os autores assinalam que as informações incertas acerca de diferenças qualitativas, fatores psicológicos e atributos organizacionais promoveriam a identificação de um reduzido número de “líderes” em cada uma das áreas de especialização; estes “líderes” seriam demandados por um número cada vez maior de clientes, ao passo que aqueles indivíduos que estariam logo abaixo dos “líderes” seriam muito menos demandados, muito embora os diferenciais de produtividade entre os dois grupos sejam pequenos, se não imperceptíveis para os clientes (KIM; SAKAMOTO, 2008).

5 Tanto Kim e Sakamoto quanto Mouw e Kalleberg especulam que tamanha discrepância muito provavelmente está relacionada à decisão metodológica de manter ou não os casos em que a renda foi imputada pelo Census Bureau americano.

tanto com “micro” como “macroclasses”, que é uma forma inédita e raramente mobilizada nos debates brasileiros sobre o tema.

## DADOS E METODOLOGIA

As análises realizadas neste trabalho fundamentaram-se nas Pesquisas Nacionais de Amostragem Domiciliar (PNADS), do IBGE, de 1981 a 2007. Foram incluídos todos os indivíduos ocupados entre 25 e 64 anos, exceto aqueles com renda de trabalho igual a zero; com isso, o banco de dados para cada ano ficou com 98 mil casos.

O esquema de classes empregado foi a tipologia de classes proposta por Carlos Costa Ribeiro (2007), de inspiração neoweberiana, que combina o esquema de Nelson do Valle e Silva (2003) e o mapa desenvolvido por Erikson e Goldthorpe, no projeto Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Countries (CASMIN) (consultar, por exemplo, Erikson; Goldthorpe, 1992b). A vantagem desse esquema sobre o uso puro e simples da classificação do projeto CASMIN é que o esquema europeu foi elaborado para captar a variabilidade de uma estrutura ocupacional que se desenvolveu na direção da complexificação de ocupações não manuais (GANGLIANI, 1985), enquanto um esquema brasileiro tem que conseguir captar a heterogeneidade de uma estrutura de classes mais heterogênea no setor manual (RIBEIRO, 2007, p. 125). Em outras palavras, por ter sido adaptada especificamente para a realidade brasileira, essa tipologia parece dar conta daquilo que Aníbal Pinto (2000) chamou, em texto clássico da Cepal, de “heterogeneidade estrutural” típica da situação de subdesenvolvimento e dependência da América Latina. O mapa de final de classes e o cruzamento com os outros esquemas que lhe deram origem podem ser encontrados no anexo I. O anexo II, por sua vez, mostra a evolução do tamanho das classes, para homens e mulheres, entre 1981 e 2007.

A variável dependente do trabalho é a variância do logaritmo neperiano da renda do trabalho; e como a variância não é uma estatística que respeita o princípio de invariância de escala (COWELL, 1977) e todas as análises são fundamentadas em sua decomposição, utilizou-se o IPCA para deflacionar as rendas do trabalho para julho de 2008.

Outro conjunto de variáveis centrais para o trabalho são as ocupações desagregadas. Procurou-se respeitar a lógica do sistema ocupacional como sugerida pelas documentações das bases de dados do IBGE. Essa escolha implica no seguinte procedimento metodológico. Em 2002, o IBGE passou a adotar a classificação do novo Código Brasileiro de Ocupações nas PNADS, e essa nova classificação não



é diretamente compatível com a anterior, assim foi necessário elaborar manualmente uma compatibilização entre os dois códigos. Para as classes agregadas, os testes mostraram bastante consistência, não havendo rupturas entre 2001 e 2002. Todavia, não foi possível fazer o mesmo para as ocupações. Dessa forma, todas as análises que envolvem diretamente as ocupações desagregadas, que são a forma de operacionalização das microclasses, estão separadas em dois blocos, 1981-2001 e 2002-2007.

Como foi dito, as análises a seguir fundamentam-se em uma decomposição que parte da análise da variância dos resíduos atingidos após realizar um conjunto de equações que tem como variável dependente o logaritmo neperiano da renda do trabalho e como variáveis independentes, em um primeiro momento, variáveis representativas das macroclasses e, em um segundo momento, variáveis que representam as ocupações<sup>6</sup>. Após aplicar esses modelos para todos os anos disponíveis, pode-se fazer uma decomposição dos resíduos das equações por meio das seguintes fórmulas, igualmente fundamentadas em Weeden et al. (2007):

$$\begin{aligned} Var_{BC} &= \frac{\sum_{i=1}^N (y_i - \bar{y})^2}{N - 1} - \frac{\sum_{i=1}^N \left( (\hat{y}_i|c_i - y_i) - \overline{(\hat{y}_i|c_i - y_i)} \right)^2}{N - 1}, \\ Var_{WC/BO} &= \frac{\sum_{i=1}^N \left( (\hat{y}_i|c_i - y_i) - \overline{(\hat{y}_i|c_i - y_i)} \right)^2}{N - 1} - \frac{\sum_{i=1}^N \left( (\hat{y}_i|o_i - y_i) - \overline{(\hat{y}_i|o_i - y_i)} \right)^2}{N - 1}, \text{ e} \\ Var_{WO} &= \frac{\sum_{i=1}^N \left( (\hat{y}_i|o_i - y_i) - \overline{(\hat{y}_i|o_i - y_i)} \right)^2}{N - 1}, \end{aligned}$$

Em que  $c_i$  é um vetor de variáveis *dummy* que representa a macroclasse do indivíduo  $i$ ,  $o_i$  é um vetor de variáveis *dummy* que representa a ocupação do indivíduo  $i$ , e  $N$  é o tamanho da amostra. Dessa forma, chegar-se-á a três componentes da variância da desigualdade de renda: **entreclasse (EC)**, **intraclasse entreocupação (IC/EO)** e **intraocupação (IO)**. Na seção posterior a essa decomposição principal, procedeu-se, então, à decomposição da desigualdade interna dentro de cada classe, como será visto mais adiante.

6 Para isso, também adota-se uma padronização das ocupações, de modo a só incluir na análise as que aparecem em todos os anos. Isso é necessário, pois, se não houvesse certificação de que são as mesmas ocupações que estão sendo introduzidas em todos os anos, não se teria ideia se a variação explicada nos modelos adotados estaria ocorrendo devido ao impacto diferencial de um mesmo conjunto ocupacional, pela entrada e saída de ocupações na distribuição amostral, ou se por ambos os motivos.

## HIPÓTESES PRINCIPAIS

A partir de tudo o que foi dito até aqui, é possível apresentar a hipótese principal deste trabalho: para que a versão mais forte da teoria da estrutura desagregada seja aplicável ao Brasil, não apenas a desigualdade entre ocupações (isto é, intraclasses e entre ocupações) deverá ser responsável por uma proporção considerável da desigualdade total, como também se pode supor que a influência desse componente tenha aumentado ao longo dos anos<sup>7</sup>, uma vez que o mercado de trabalho estaria se tornando mais especializado e com maior demanda por profissionais qualificados.

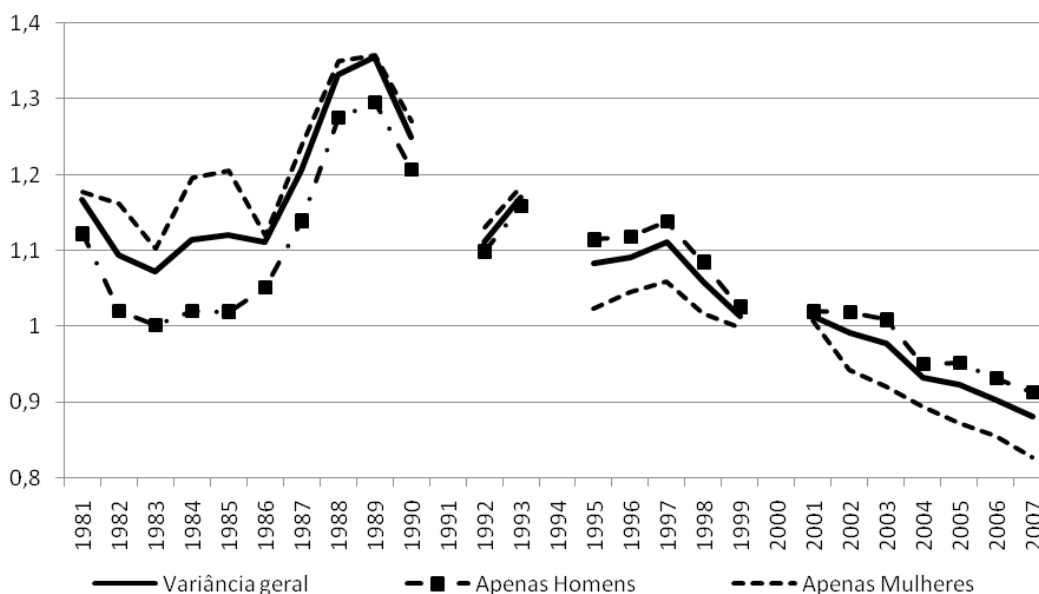
Outra hipótese mais fraca relaxaria a segunda afirmação – relativa ao aumento da importância da ocupacionalização –, exigindo apenas que as diferenças entre ocupações, dentro de cada classe, sejam responsáveis por uma proporção considerável da desigualdade total. Essa hipótese tem dois fundamentos básicos: em primeiro lugar, em razão do caráter periférico da economia brasileira, pode-se supor que a dinâmica que alia especialização e inovação tecnológica não seria tão forte aqui quanto nos Estados Unidos ou alhures, fazendo com que as tendências à intensificação da ocupacionalização sejam bem mais fracas. Com efeito, como se pode observar no anexo II, as classes de profissionais e administradores de nível alto e baixo apresentaram, na melhor das hipóteses, um crescimento muito modesto, ao longo do período considerado. Por outro lado, a primeira afirmação – que espera uma contribuição considerável, ainda que não necessariamente crescente, das diferenças entre ocupações para a desigualdade total – é mantida, principalmente em função do processo histórico de institucionalização do mercado de trabalho no Brasil. Muito embora o sistema produtivo brasileiro seja marcado por profundas heterogeneidades, com amplos setores de baixa especialização, baixo nível de formalização e baixa produtividade, é forçoso reconhecer que, desde os anos 1930, a consolidação da legislação social e sindical privilegiou enormemente a organização profissional por profissões – e não por indústrias, por exemplo – e com bases geográficas delimitadas. Logo, a possível aplicação da teoria de Grusky, pelo menos em uma versão mais fraca, que sublinha menos a tendência ao aumento da desigualdade entre ocupações do que a influência considerável desse componente ao longo do tempo, não parece fora de contexto ou absurda.

---

7 Fala-se, aqui, da influência proporcional desse componente na desigualdade total. Quanto a valores absolutos, parece correto supor que, diante da queda expressiva da desigualdade, os valores absolutos de todos os componentes tenham diminuído. A questão, portanto, está na influência proporcional.

## A CONTRIBUIÇÃO DAS CLASSES E DAS OCUPAÇÕES PARA A DESIGUALDADE DE RENDA DO TRABALHO

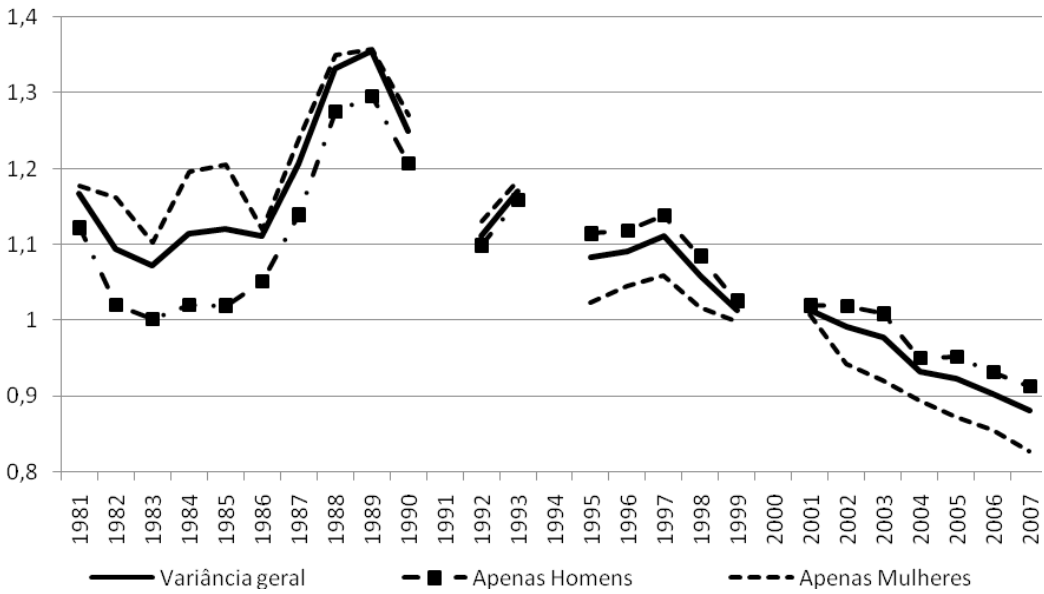
No Gráfico 1, logo abaixo, tem-se a variância total da renda do trabalho logaritmizada. Os resultados são consistentes com as tendências observadas pela literatura: crescimento até o fim da década de 1980, um período de alta volatilidade entre 1989 e 1993 e, a partir daí, um declínio quase contínuo, que se acelera a partir de 2002. Vale observar também a razoável similaridade das variâncias de homens e mulheres e o fato de que, com o tempo e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a desigualdade feminina passou a ser inferior à masculina. Esse ponto será retomado mais adiante.



**Gráfico 1.** Variância do logaritmo da renda horária do trabalho deflacionada, PNADS 1981-2007.

Já os gráficos 2a e 2b mostram a decomposição da variância apenas para os homens. Em primeiro lugar, cabe destacar que esses gráficos mostram apenas os valores relativos; quanto aos valores absolutos, todos os componentes vêm apresentando uma tendência geral não linear de queda, o que é esperado, uma vez que a desigualdade total no Brasil vem diminuindo, como visto no primeiro gráfico<sup>8</sup>. Logo, as mudanças nos percentuais se referem a quedas de diferentes intensidades, em cada componente.

<sup>8</sup> Basta entrar em contato com os autores para obter a tabela de valores absolutos: <pedrosouza@gmail.com> ou <flaviocarvalhaes@gmail.com>.



**Gráfico 2a.** Contribuição percentual de cada componente para desigualdade total, apenas homens, Pnas 1981-2001.



**Gráfico 2b.** Contribuição percentual de cada componente para a desigualdade total, apenas homens, PNADS 2002-2007.

Se pelo menos a hipótese mais fraca acerca das “microclasses” fosse robusta para descrever o padrão de desigualdade brasileiro, então dever-se-ia esperar que o componente intraclasses entre ocupações tivesse um grande destaque. Não é o que acontece: esse componente tem importância reduzida e é basicamente estável, ao longo de todo o período, com apenas um aumento proporcional quase insignifi-

cante, nos últimos dez anos<sup>9</sup>. Assim, os componentes entreclasses e intraocupações estão associados à esmagadora desigualdade de renda horária do trabalho, havendo certa sobreposição entre eles, durante a maior parte dos anos 1980, sendo que, depois disso, o componente intraocupações passou a ter importância proporcional cada vez maior, ao passo que o entreclasses foi perdendo, algo já identificado em pesquisas anteriores (consultar, por exemplo, Silva, 2003).

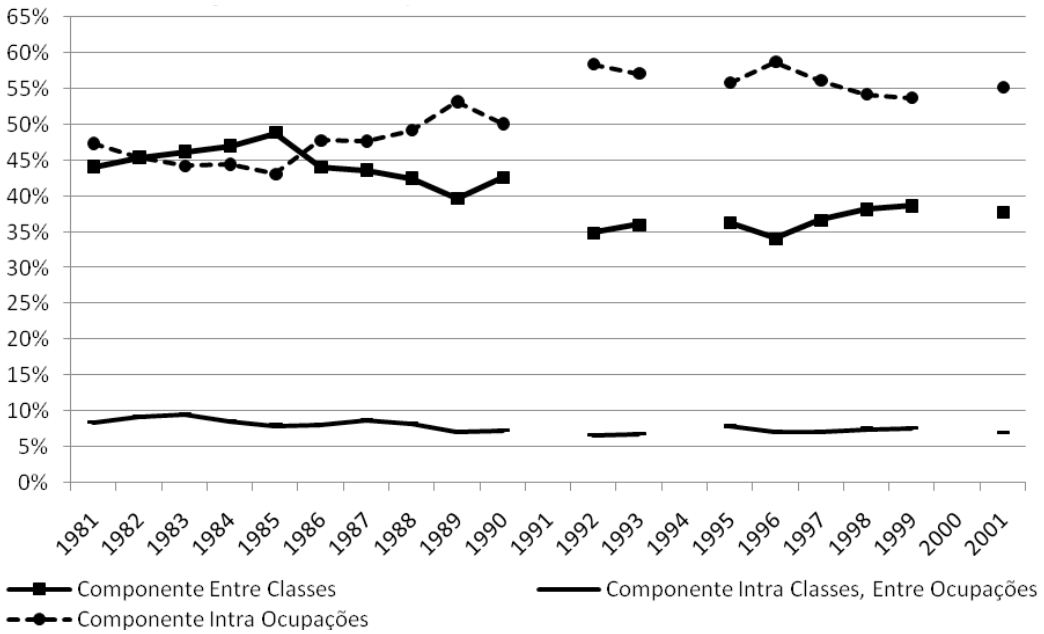
No entanto, é difícil correlacionar as mudanças nas importâncias relativas com a dinâmica geral da desigualdade, pois o componente intraocupacional supera o entreclasses, já no fim dos anos 1980, período em que a desigualdade total atinge seu pico, e mantém essa posição até 2007, tendo, inclusive, aumentado – por oposição à diminuição do componente entreclasses –, nos últimos anos, período em que a desigualdade vem caindo de forma mais acelerada. De todo o modo, vale destacar desses gráficos a baixa importância relativa e a grande estabilidade da desigualdade entre ocupações e a simetria entre os componentes intraocupacionais e entreclasses, sendo que o primeiro vem sendo cada vez mais importante para a desigualdade geral. Em outras palavras, a desigualdade entreclasses ainda é muito relevante, mas vem caindo em um ritmo bastante superior ao dos outros componentes: desde 2002, o valor absoluto componente teve uma trajetória linear de queda bastante robusta, tendo diminuído 4,3% do valor inicial ao ano, ao passo que o valor absoluto da desigualdade total, que também apresentou uma trajetória linear, diminuiu apenas 2,1% ao ano.

Os gráficos 3a e 3b repetem as mesmas análises para as mulheres. De forma semelhante à dos homens, a desigualdade feminina também se concentra majoritariamente nos componentes entre as classes e dentro das ocupações, sendo que os dois componentes apresentam uma sobreposição, durante os anos 1980, e, depois disso, o componente dentro das ocupações adquire primazia. Da mesma maneira, também se observa, desde 2002, um aumento do peso relativo da desigualdade intraocupações e uma perda relativa da desigualdade entre as classes.

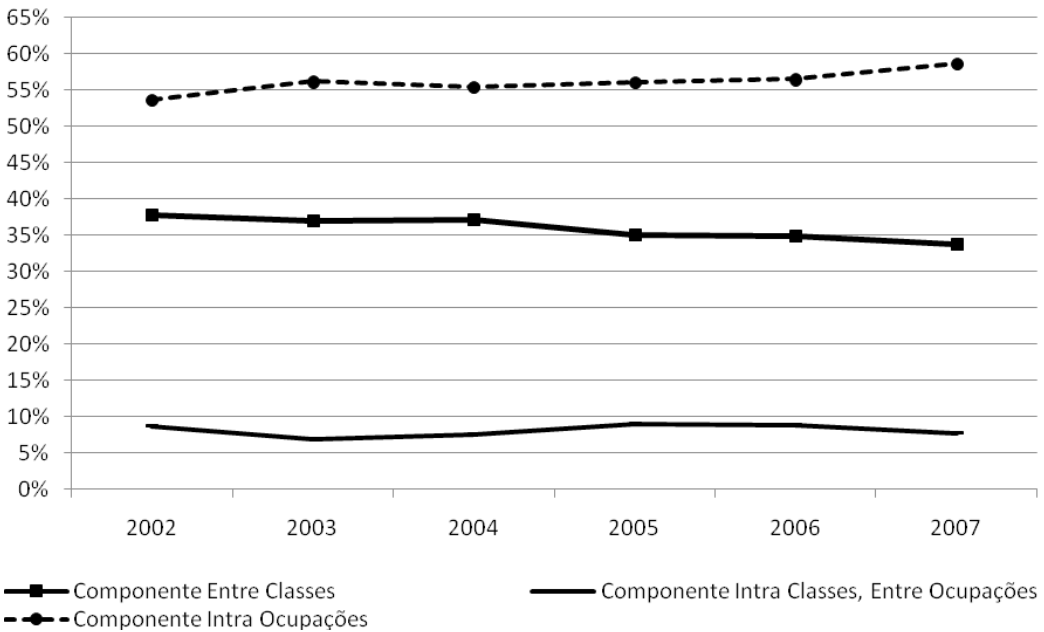
Quanto à desigualdade existente entre as ocupações, também nesse caso ela tem um peso relativo bem inferior ao dos demais componentes, embora este oscile mais do que o peso dos homens; contudo, a tendência, entre 1981 e 2001, tende a ser linear e negativa, ou seja, refletindo uma perda de importância do valor absoluto do componente de 2,1% ao ano, a mesma magnitude da perda do valor absoluto do componente entreclasses<sup>10</sup>. Com efeito, observa-se certo processo de convergência

9 Apenas 0,5%, entre 1996 e 2001, e 1%, entre 2002 e 2007.

10 A tendência linear temporal ajustada da mesma maneira que nos modelos para homens (consultar nota anterior) indica um  $R^2$  de 0,794 para a regressão com os dados de 1981 a 2001 e indica o



**Gráfico 3a.** Contribuição percentual de cada componente para a desigualdade total, apenas mulheres, PNADS 1981-2001.



**Gráfico 3b.** Contribuição percentual de cada componente para a desigualdade total, apenas mulheres, PNADS 2002-2007.

entre homens e mulheres: para estas, o peso relativo do componente entre ocupações foi superior ao peso dele entre os homens, principalmente durante os anos

componente entre ocupações como variável dependente. O  $R^2$  da regressão com o componente entre classes é 0,576; o  $R^2$  da regressão com o componente intraocupações é 0,560.

1980 – de 1981 a 1988, o peso relativo foi 3% maior –, e sua queda o trouxe para o mesmo patamar de importância encontrado entre os homens, tendo oscilado, a partir de 2002, em torno da casa dos 8%. Tal resultado não é de todo inesperado, dado que a entrada progressiva das mulheres na força de trabalho teve como efeito diminuir entre elas a polarização entre ocupações.

Já os dados a partir de 2002, por sua vez, replicam para as mulheres efeitos muito semelhantes aos encontrados entre os homens. Os valores absolutos do componente entreclasses caem 4,4% ao ano, em um ritmo bastante superior ao da queda da desigualdade total, de 2,4% ao ano, e ao da queda do componente intraocupações, de 1,2% ao ano<sup>11</sup>. De modo geral, portanto, as tendências tanto para mulheres quanto para homens são parecidas, especialmente nos últimos anos: o componente intraocupações parece estar adquirindo importância crescente, enquanto o componente entreclasses, embora ainda de tamanho considerável, tem um peso relativo cada vez menor. Por fim, o componente intraclasses entre ocupações, ao contrário das previsões da teoria de Grusky e seus associados, tem um peso relativo bastante inferior e, para os homens, apresentou, ao longo do período, uma grande estabilidade, com um pequeno crescimento a partir de 2002, e, para as mulheres, teve uma queda considerável – nos anos 1980, sua média foi de 8,3%, contra 6,1% nos anos 1990, uma queda de 27% – até atingir certa estabilidade, em um patamar bem próximo ao dos homens. Em suma, não há evidências suficientes para apontar a relevância de analisar a desigualdade de renda por meio de microclasses. A forma tradicional de operacionalização das classes sociais, que agrega ocupações em diversos segmentos, parece ser um bom indicador sobre a inserção ocupacional dos indivíduos, especialmente uma versão preocupada em captar a especificidade do mercado de trabalho brasileiro, como é proposto por Ribeiro (2007) e aqui é operacionalizada.

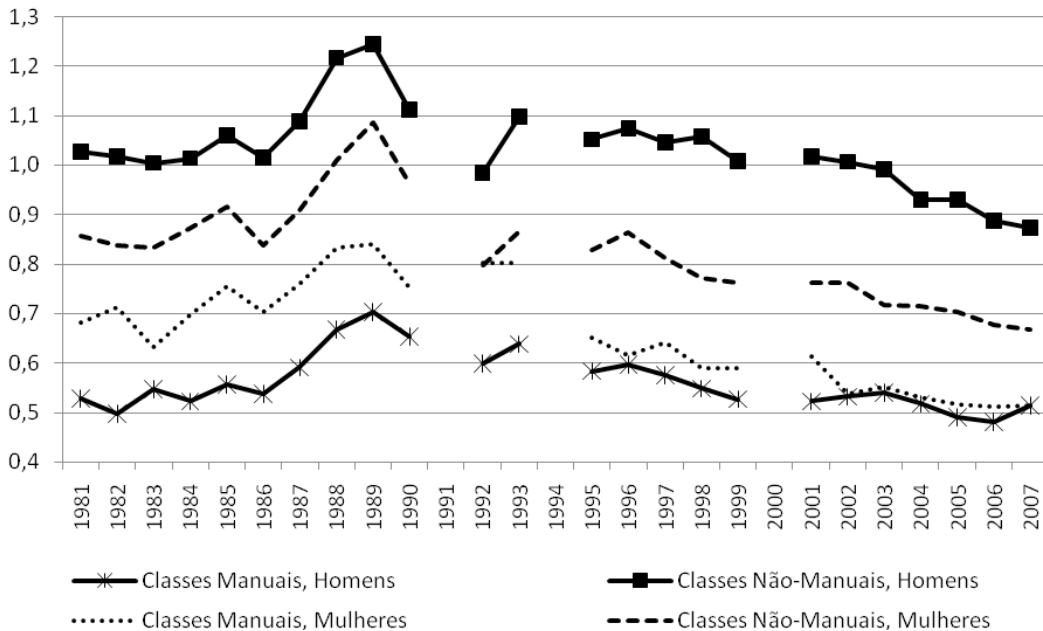
## **DECOMPOSIÇÃO DAS DESIGUALDADES INTERNAS DAS CLASSES MANUAIS E NÃO MANUAIS**

Os resultados até aqui não parecem confirmar nem a hipótese mais forte nem a mais fraca da ocupacionalização para o Brasil. Contudo, é possível perguntar se os padrões gerais detectados não estariam encobrendo tendências em direções

---

11 Para os dados de 2002 a 2007, com o  $R^2$  da regressão linear, o valor absoluto da desigualdade total como variável dependente foi de 0,997; na regressão com o componente entreclasses, foi de 0,983; na regressão com o componente intraclasses entre ocupações, foi de 0,087, o que indicou a ausência de uma relação linear simples. Na regressão com o componente intraocupações, foi de 0,718.

opostas: como já se discutiu, Weeden et al. (2007) apontam para a possibilidade de que a ocupacionalização estaria avançando nos setores especializados e em retrocesso nas classes manuais. Para testar essa hipótese, foram escolhidas duas estratégias. A primeira foi a de selecionar somente os trabalhadores das classes não manuais e não proprietárias urbanas<sup>12</sup> e aplicar as decomposições feitas na seção anterior, para depois selecionar somente os trabalhadores das classes manuais e não proprietárias urbanas<sup>13</sup>. O Gráfico 4 a seguir mostra a evolução geral das desigualdades internas: como se vê, as maiores desigualdades internas são encontradas quando se selecionam apenas homens das classes não manuais. Em média, a desigualdade interna das classes não manuais é 1,84 vez maior do que a das classes manuais entre os homens, e apenas 1,26 vez entre as mulheres.



**Gráfico 4.** Desigualdades internas: classes não manuais e manuais, homens e mulheres, PNADS 1981-2007.

Em seguida, procedeu-se à decomposição das desigualdades internas dos quatro grupos acima<sup>14</sup>. Dentro das classes não manuais masculinas, o componente entreclasses caiu de 35% para 30%, entre 1981 e 1990, e permanece oscilando em torno desse patamar, entre 1990 e 2007. O componente entre ocupações mostra

12 Ou seja, todos aqueles indivíduos das classes dos profissionais e administradores de nível alto e baixo e trabalhadores não manuais de rotina de nível alto e baixo (supervisão, escritório e serviços).

13 Ou seja, todos aqueles indivíduos das classes dos técnicos e supervisores de trabalhos manuais; trabalhadores manuais qualificados da indústria moderna, indústria tradicional e de serviços; e trabalhadores manuais não qualificados da indústria, serviços e serviço doméstico.

14 Não foram incluídos os gráficos dessas decomposições para economizar espaço. Eles podem ser obtidos com os autores.



grande estabilidade, oscilando levemente em torno de 11%, ao longo de todo o período. Por fim, o componente intraocupações cresce de 53,7% para 57,8%, entre 1981 e 1990, e oscilando em volta dos 60%, entre 1992 e 2007. Nas classes não manuais femininas, os componentes entreclasses, entre ocupações e intraocupações oscilam sem direção, em torno de, respectivamente, 25%, 11,5% e 63%, ao longo de todo o período. Nas classes manuais, o quadro é um pouco diferente: para os homens, o componente entreclasses cai de 21% para 8%, entre 1981 e 2001, ficando estável, em torno de 6%, entre 2002 e 2007; com isso, ele acabou sendo superado pelo componente entre ocupações, que variou em torno da casa dos 13,5%, entre 1981 e 2001, e em torno de 16%, entre 2002 e 2007. Já o componente intraocupações cresce de 64,7%, em 1981, para 76,2%, em 1992, e, a partir daí, oscila em torno da casa dos 78%, até 2007. Finalmente, entre as mulheres, o componente entreclasses cai do patamar de 8%, no início dos anos 1980, para cerca de 5%, a partir de 2001; o componente entre ocupações também diminuiu, apresentando média de cerca de 20%, entre 1981 e 1985; 16%, entre 1986 e 1990; 13%, entre 1992 e 2001; e 9%, entre 2002 e 2007<sup>15</sup>.

Dessa forma, nem mesmo quando se analisam separadamente as classes manuais e não manuais encontra-se qualquer indício de aumento substancial do componente entre ocupações; pelo contrário, a única exceção à forte estabilidade se encontra entre as classes manuais femininas, em que esse componente perdeu bastante importância, no período em questão. Mais ainda, em todos os quatro grupos analisados, esse componente tem peso bastante reduzido, tipicamente em torno de 10%, e, curiosamente, em geral, a ocupacionalização é mais forte entre as classes manuais do que entre as classes não manuais.

Por outro lado, também é importante observar que as diferenças entre (macro) classes vêm perdendo peso, consideravelmente. Nas classes manuais, esse componente – além de ter sempre peso inferior ao das classes não manuais – tornou-se praticamente irrelevante nos últimos anos, explicando apenas 6% das desigualdades internas tanto entre homens quanto entre mulheres. Nas classes não manuais, contudo, as diferenças entre (macro) classes ainda são significativas, explicando, em 2007, cerca de 30% das desigualdades internas entre os homens e 25% entre as mulheres. Na primeira metade dos anos 1980, no entanto, esse número era, para os homens, de 35%. Dos quatro grupos, apenas entre as classes

---

15 A diferença entre os anos 90 e o período 2002-2007 deve ser interpretada com cautela, uma vez que pode derivar inteiramente da mudança na classificação ocupacional do IBGE.

não manuais femininas que o peso do componente entreclasses não apresenta uma tendência nítida de queda.

Com isso, tudo indica que as desigualdades intraocupações têm respondido por uma proporção maior das desigualdades internas, principalmente entre as classes manuais, em que esse componente está associado, em 2007, tanto para homens quanto para mulheres, a mais de 80% da desigualdade interna. Para as classes não manuais, os valores são um pouco mais baixos: pouco mais de 60%, tanto entre homens quanto entre mulheres.

### **DECOMPOSIÇÃO DAS DESIGUALDADES INTERNAS DE CADA CLASSE**

Mesmo com essas evidências, todavia, pode-se argumentar que apenas a separação manual e não manual ainda é abrangente demais para detectar os processos efetivos de ocupacionalização. Assim, talvez o mais indicado fosse olhar, dentro de cada macroclasse específica, a decomposição entre os componentes entre e intraocupações. Se pelo menos a hipótese mais fraca da ocupacionalização for aplicável ao Brasil, então, poder-se-ia imaginar que as classes mais especializadas apresentariam um padrão distinto – e mais intenso – de desigualdades. Para operacionalizar essa segunda estratégia, portanto, implementou-se um novo conjunto de modelos, selecionando apenas os indivíduos de cada classe, tomando o logaritmo neperiano da renda horária deflacionada como variável dependente e, como variáveis independentes, somente os códigos ocupacionais padronizados da classe selecionada, o que leva a um conjunto de dezenove modelos de regressão linear por ano avaliado. Como a desigualdade interna de cada classe pode ser decomposta em um componente entre ocupações e outro intraocupações, tem-se que o  $R^2$  das regressões rodadas corresponde à proporção da desigualdade interna explicada pelo primeiro componente<sup>16</sup>. As próximas decomposições foram realizadas apenas para os homens, porque, como o número de mulheres ocupadas em cada amostra – especialmente nos anos 1980 – é muito menor do que o de homens, acabou-se com um número de casos muito pequeno em diversas classes, gerando resultados com alta volatilidade, em função desse tamanho reduzido das subamostras<sup>17</sup>.

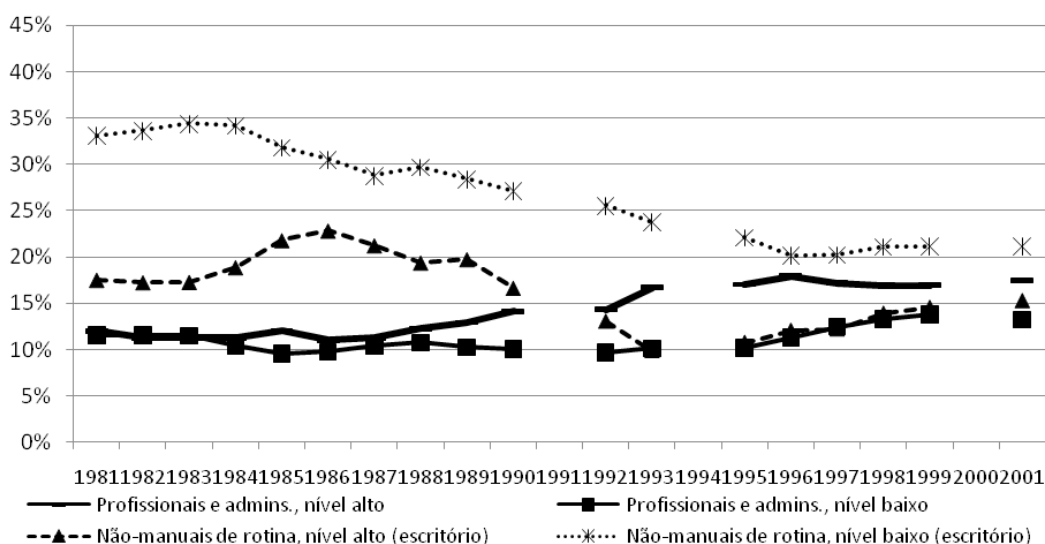
---

16 Naturalmente, basta fazer  $(1 - R^2)$  para obter o peso relativo do componente intraocupações. Weeden et al (2007) usam o mesmo procedimento. A única diferença é que, por clareza, optou-se por mostrar os valores relativos.

17 Com efeito, entre as mulheres, muitas classes não tinham mais do que 200 ou 300 casos, o que certamente está por trás da alta volatilidade do  $R^2$ . Como os valores calculados do  $R^2$  só dizem respeito à amostra à qual eles se referem, não havendo nenhum parâmetro populacional correspondente (o que leva a críticas como as de King, 1986), não é possível sequer contornar parcialmente esse problema com base em intervalos de confiança. Para as mulheres, a melhor

Por questão de espaço, não foram apresentados aqui os gráficos da desigualdade interna total de cada classe, uma vez que eles seguem, grosso modo, a mesma tendência geral, com forte crescimento nos anos 1980 e um declínio a partir de meados dos anos 1990. Além disso, como esperado – e já indicado no gráfico 4 –, as desigualdades internas dentro de cada um das classes manuais urbanas são, em geral, inferiores às das classes não manuais.

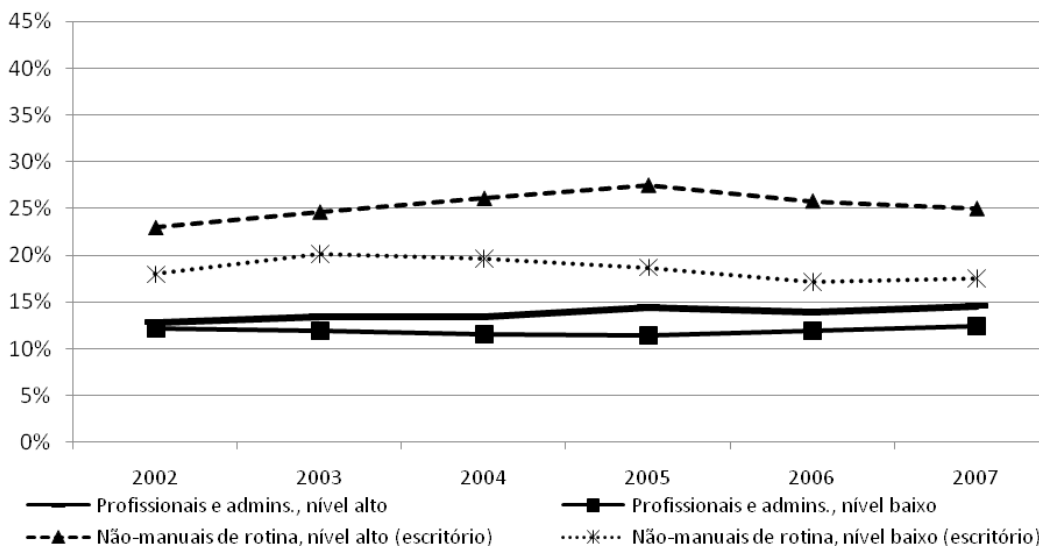
Passa-se, então, à decomposição dessas desigualdades internas. Como a hipótese da ocupacionalização não se aplica diretamente às classes proprietárias ou aos trabalhadores manuais rurais, não foram feitas as decomposições para essas classes. Tampouco incluíram-se as classes com tamanho muito reduzido, para evitar ruídos em função de subamostras muito pequenas<sup>18</sup>. Dessa maneira, os gráficos 5a, 5b, 6a e 6b mostram os resultados das decomposições: cada gráfico exibe a média dinâmica trianual da proporção da desigualdade interna de cada classe, que é atribuível às diferenças entre ocupações dentro daquela classe.



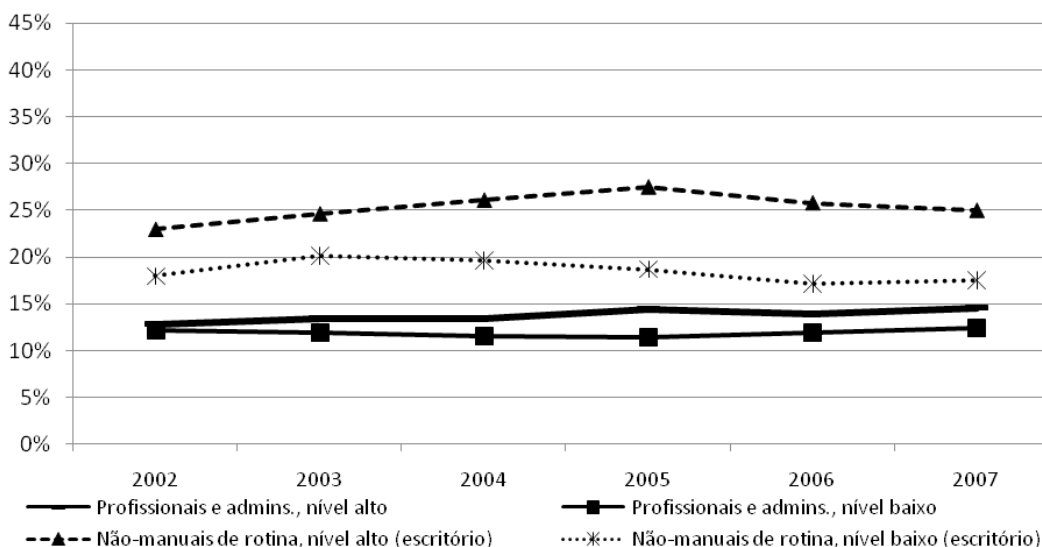
**Gráfico 5a.** Média dinâmica trianual da proporção da desigualdade interna de cada classe associada às diferenças entre ocupações, classes não manuais, homens, PNADS 1981-2001.

forma de tentar realizar a decomposição desejada parece ser a partir de bases agregadas (por exemplo, juntando as PNADS 81-83 em um único banco). Infelizmente, não foi possível fazer isso para este trabalho.

<sup>18</sup> Não foram incluídas as classes que tiveram, em média, menos de 2% dos casos válidos, entre 1981-2001 e 2002-2007.



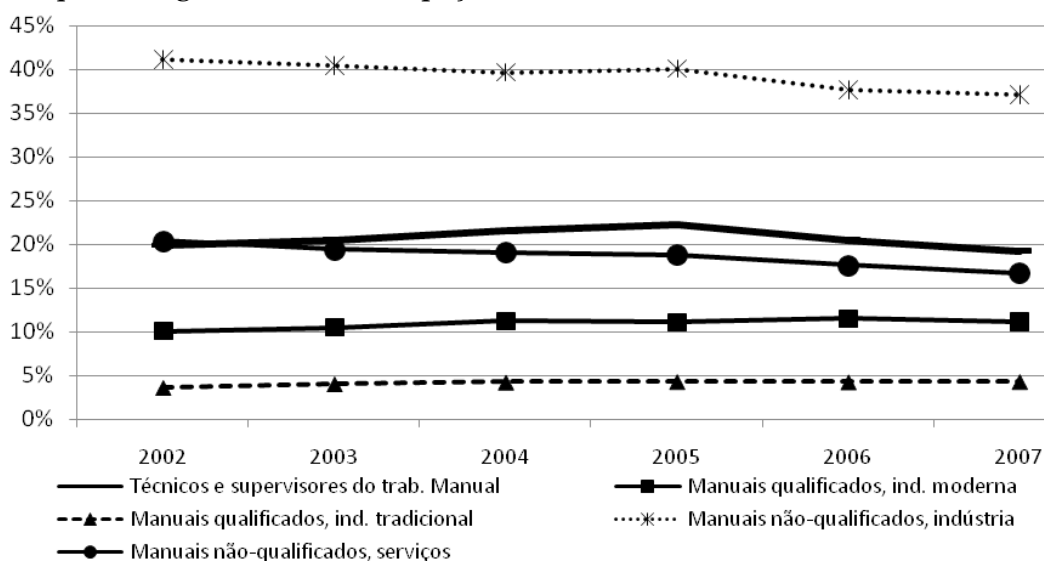
**Gráfico 5b.** Média dinâmica tri anual da proporção da desigualdade interna de cada classe associada às diferenças entre ocupações, classe não manuais, homens, PNADS 2002-2007.



**Gráfico 6a.** Média dinâmica tri anual da proporção da desigualdade interna de cada classe associada às diferenças entre ocupações, classe não manuais, homens, PNADS 1981-2001.

Algumas tendências ficam mais claras. A começar pelas classes não manuais: nestas, há um forte processo de desocupacionalização entre os trabalhadores não manuais de rotina, tanto de nível baixo quanto de nível alto, entre o início dos anos 1980 e meados dos anos 1990, sendo que, entre 1995 e 2001, o componente entre ocupações volta a ganhar alguma importância para os últimos. De todo o modo, essa desocupacionalização faz com que, a partir de meados dos anos 1990, haja certa convergência entre as classes não manuais, com o componente entre ocupações ficando em geral entre 15% e 20%. Já a classe mais especializada, a dos profissionais e administradores de alto nível, torna-se mais ocupacionalizada entre

o fim dos anos 1980 e meados dos anos 1990, embora em nenhum momento essa classe – ou mesmo a classe dos profissionais e administradores de nível baixo – apresente os maiores percentuais do componente entre ocupações. Entre 2002 e 2007, há uma estabilidade forte para todas as classes. Nesse período, assim como no anterior, a desigualdade intraocupacional é muito mais forte em todas as classes do que a desigualdade entre ocupações.



**Gráfico 6b.** Média dinâmica tri anual da proporção da desigualdade interna de cada classe associada às diferenças entre ocupações, classes manuais, homens, PNADS 2002-2007.

Finalmente, vê-se nas classes manuais alguns padrões bem distintos. Em primeiro lugar, entre 1981 e 2001, as diferenças entre as ocupações são bem pequenas e ainda apresentam uma queda perceptível para os trabalhadores manuais qualificados tanto da indústria moderna quanto da tradicional. Por outro lado, nesse período, essas diferenças são bem fortes entre os técnicos e supervisores do trabalho manual e os trabalhadores manuais não qualificados da indústria, ainda que haja também um declínio bastante razoável. Ou seja, há dois processos de desocupacionalização: um entre as diferentes classes, que eram pouco marcadas por diferenças ocupacionais, e outro em classes, em que esse componente era bastante forte. Por fim, há um grande aumento do peso do componente entre ocupações na classe dos manuais não qualificados dos serviços, fazendo com que, ao fim do período, as classes manuais dividam-se em dois blocos bem distintos: um em que o componente entre ocupações é bastante significativo e outro em que esse componente é praticamente irrelevante. A mudança da classificação ocupacional faz com que o ordenamento seja bem diferente, em 2002-2007, do que no período anterior; de todo o modo, mesmo assim é possível identificar a continuação do

processo de desocupacionalização entre os manuais não qualificados da indústria, ao lado de certa estabilidade das demais classes.

Esses gráficos sugerem, portanto, as seguintes conclusões; a) há de fato diferenças importantes no grau de ocupacionalização das classes não manuais e manuais, como esperado; b) no entanto, as classes mais especializadas e com maiores rendimentos não são mais ocupacionalizadas, por assim dizer; c) mais ainda, no início dos anos 2000, as classes com maior peso do componente entre ocupações são três classes manuais (técnicos e supervisores, não qualificados da indústria e não qualificados dos serviços, as três em torno de 25%), ao passo que as classes não manuais apresentam certa convergência para a faixa dos 15% e 20%; d) embora, em certos casos, o peso do componente entre ocupações não deva ser desprezado, ele tampouco deve ser superestimado: o componente intraocupacional é sempre muito maior, e não parece haver nenhuma tendência temporal de crescimento do componente entre ocupações que seja drástica o suficiente para mudar esse quadro. Mesmo os processos de ocupacionalização identificados parecem ter um caráter episódico e de curto prazo, sendo incapazes de fazer alguma classe destoar visivelmente em relação às demais. Por outro lado, pelo menos em duas classes – trabalhadores não manuais de rotina de nível alto (escritório) e técnicos e supervisores do trabalho manual – identificou-se um processo de desocupacionalização de prazo mais longo, que fez com que o componente entre ocupações declinasse mais de 10%, entre 1981 e 2001.

## CONCLUSÕES E DISCUSSÃO

Para tentar entender melhor a relação entre a queda da desigualdade de rendimentos do trabalho e a estrutura de classes brasileira, levando a cabo um diálogo com a abordagem sociológica da análise de classes em debates recentes, foram percorridas três etapas neste trabalho. Em primeiro lugar, fez-se uma decomposição da variância da renda horária deflacionada do trabalho, em três componentes: entre (macro) classes, intraclasses/entre ocupações e intraocupações (microclasses). Tanto entre homens quanto entre mulheres, observou-se que o componente entre ocupações apresenta, entre 1981 e 2007, um peso bem reduzido, além de forte estabilidade. Por outro lado, os componentes entreclasses e intraocupações estão associados à maior parte da desigualdade, sendo que, desde o final dos anos 1980, este último passou a ter um peso cada vez maior, em detrimento das diferenças entreclasses. Ou seja: embora nos últimos quinze anos os valores absolutos dos três componentes estejam em queda, as diferenças entre as classes vêm diminuindo

em um ritmo mais rápido do que a desigualdade dentro das ocupações (e também do que as diferenças entre as ocupações).

A partir daí, foi-se para a segunda etapa, em que foram selecionados apenas, tanto para homens quanto para mulheres, os indivíduos das classes não manuais não proprietárias urbanas, e aplicou-se a mesma decomposição. Em seguida, repetiu-se o mesmo procedimento para os indivíduos das classes manuais não proprietárias urbanas. Com isso, configurou-se uma primeira tentativa de identificar a possível existência de forças contraditórias que, na análise anterior, com os dados mais agregados, poderiam passar despercebidas. Aqui, mais uma vez, verificou-se que a proporção da desigualdade atribuível ao componente entre-classes diminuiu bastante, desde o início dos anos 1980 – com exceção das classes não manuais femininas –, tornando-se praticamente irrelevante entre as classes manuais, sendo que nestas esse componente passou a ter peso menor do que o componente entre ocupações. No setor não manual, contudo, as diferenciações entre-classes ainda estão associadas a um percentual considerável, cerca de 25% para as mulheres e 35% para os homens.

Os resultados não confirmam seja a hipótese mais forte, seja a mais fraca acerca da ocupacionalização, uma vez que não foi identificado nenhum crescimento significativo da contribuição percentual do componente entre ocupações, e, além disso, esse componente sempre teve peso bastante reduzido. O que salta aos olhos é o forte crescimento da desigualdade dentro das ocupações (medida pelo componente intraocupacional) entre as classes manuais, tanto entre homens quanto entre mulheres: entre estas, o componente intraocupações atingiu um patamar de cerca de 80% da desigualdade total, no início dos anos 2000. Essa tendência é menos pronunciada entre as classes não manuais, embora também ali esse componente tenha atingido a marca de cerca de 60% da desigualdade total, em 2001.

Por fim, chega-se à terceira etapa, que consistiu em uma desagregação ainda maior. Dessa vez, analisaram-se as desigualdades internas de cada classe em particular, decompondo-a em dois componentes, entre e intraocupações. Com isso, pôde-se identificar que, com efeito, as diferentes classes apresentaram dinâmicas distintas, ao longo do tempo. Em relação à chamada hipótese mais fraca da ocupacionalização, verificou-se que, ao contrário do esperado, o peso do componente entre ocupações não é maior nas classes mais especializadas; muito pelo contrário. Além disso, houve certa convergência entre as classes não manuais, ao longo dos anos 1990, fazendo com que, no fim da década, as quatro classes analisadas tivessem de 15% a 20% de suas desigualdades internas associadas às diferenças entre as ocupações, valores que, se não são desprezíveis, tampouco endossam de

maneira não ambígua a versão mais fraca da hipótese da ocupacionalização. Quanto à versão mais forte, também não se encontram evidências capazes de sustentá-la: embora processos de ocupacionalização tenham sido identificados em algumas classes específicas, estes pareceram sempre ter um caráter episódico, de curto prazo, em que o aumento do peso do componente entre ocupações foi logo seguido por uma nova estabilidade. Por outro lado, também foram identificados processos de desocupacionalização que, em pelo menos duas classes – trabalhadores não manuais de rotina de nível alto (escritório) e técnicos e supervisores do trabalho manual – ocorreram em um prazo mais longo e com grande intensidade.

O que isso representa, então, para as hipóteses testadas acerca da aplicabilidade da teoria das microclasses à realidade brasileira? Em primeiro lugar, cabe lembrar que essa linha tenta interpretar uma situação de desigualdade de renda crescente, como ocorre no mercado de trabalho nos Estados Unidos, gerada principalmente pela complexidade ocupacional, que criou uma série de posições altamente qualificadas no mercado de trabalho americano, o qual tem como característica correlata altos retornos salariais. O raciocínio é de que os ocupantes dessas novas posições buscam meios de institucionalizar seu lugar no mercado de trabalho, fazendo uso de diversos mecanismos, que podem ter um efeito protecionista, gerador de “rendas”. Em um contexto como esse, é natural que a desigualdade de renda cresça (GANGLIANI, 1985; WEEDEN et al., 2007).

No Brasil, a situação é distinta. Primeiramente, as tendências identificadas no mercado de trabalho não apontam para uma importância crescente na geração de posições não manuais altamente qualificadas. Mais uma vez, faz-se referência ao anexo II, em que se nota que as classes mais especializadas praticamente não aumentaram entre 1981 e 2007 e que mais de 85% do crescimento do setor não manual não proprietário urbano nesse período – de 20,5% para 30,0% – ocorreu nas classes de trabalhadores não manuais de rotina. As classes manuais não proprietárias urbanas, por sua vez, empregavam, em 2007, 50,8% da amostra.

Dessa forma, na contramão da teoria que enfatiza as microclasses e a efetividade das estratégias de fechamento social em nível ocupacional, o quadro identificado parece estar intimamente ligado não apenas ao controle da inflação e à composição educacional da população, como citado logo no início do texto, mas também a outros fatores igualmente importantes, como a reestruturação produtiva ocorrida no Brasil, durante a década de 1990, que teve impacto significativo sobre a organização do mercado de trabalho e suas instituições reguladoras. Essa década, vale lembrar, foi marcada por um aumento da precarização das relações de emprego, com acentuação da informalidade, além de um aumento da pressão sobre a força de



trabalho formalmente empregada, tendo como reflexo a fragilização de várias posições da estrutura ocupacional do país (CASTRO; DEDDECA, 1998; GUIMARÃES, 2002). A crescente abertura comercial e a internacionalização da economia aprofundou um processo de introdução de inovações tecnológicas e novos métodos de gestão da força de trabalho (CASTRO; DEDDECA, 1998), ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro perdeu sua capacidade de promoção do desenvolvimento e regulação da economia, o que levou a uma desarticulação da estrutura de produção e ao menor investimento na capacidade produtiva, deixando mais estreitas as possibilidades de integração socioeconômica por meio do emprego (BALTAR, 2001, p. 19).

Do ponto de vista da organização coletiva dos trabalhadores e de sua capacidade de reação a esses intensos processos de mudança social, é possível afirmar que o novo contexto de estruturação do mercado de trabalho teve impactos sobre a principal instituição representativa do trabalho, os sindicatos. Em paralelo à erosão das bases sociais dos principais sindicatos brasileiros, em função do aumento do desemprego, das privatizações e da reestruturação produtiva, outros instrumentos comuns adotados no processo de reestruturação, como a divisão da responsabilidade pela solução de problemas, a premiação por nível de engajamento nos objetivos da empresa, passaram a colocar o empregador na competição pela lealdade do trabalhador com o sindicato (CARDOSO, 1999, p. 164).

Nesse quadro, seria muito improvável que se pudesse observar qualquer tendência forte à ocupacionalização. Pelo contrário, o que se espera é justamente um aumento da desigualdade interna às ocupações, como observou-se de modo geral: por um lado, o declínio da formalização, a retração da capacidade reguladora e homogeneizadora do Estado e o enfraquecimento dos sindicatos atuam como forças poderosas para o aumento da heterogeneidade interna de classes e ocupações, o que se faz sentir particularmente nas classes menos privilegiadas e mais precariamente institucionalizadas. Por outro lado, a transição demográfica – que fez aumentar a população em idade ativa (PIA) e população economicamente ativa (PEA) em quase 10%, entre 1981 e 2007<sup>19</sup> – e o aumento da escolaridade ocorreram em um contexto em que não foram criadas posições altamente qualificadas, em um ritmo suficiente: como visto, a classe mais especializada, composta por profissionais e administradores de alto nível, cresceu muito pouco, entre 1981 e 2007, passando de 3,7% para 4,2%. Por sua vez, o percentual de indivíduos com nível superior mais do que dobrou nesse período: em 1981, era de 3,8% da PEA, e, em 2007, 9,9%.

---

19 Dados obtidos com base nas PNADS: em 1981, a PIA correspondia a 74,3% da população total; em 2007, já era 84,1%. A PEA, em 1981, era 39,7% da população total; em 2007, passou para 49,7%.

A operação conjunta destes dois processos – as mudanças institucionais no mercado de trabalho em função da abertura econômica e da reestruturação produtiva e a maior competição por postos de trabalho, inclusive no topo da hierarquia – torna compreensíveis as dinâmicas de queda da desigualdade total da renda – reforçada, nos últimos anos, pela forte recuperação do valor real do salário-mínimo (sobre os efeitos distributivos do salário-mínimo, consultar Soares, 2002; Sabóia, 2007) – e de aumento da importância relativa da desigualdade intraocupacional, em detrimento da desigualdade entre as ocupações e entre (macro) classes. Pensou-se, no entanto, que isso não confirma, em absoluto, a já mencionada tese de Kim e Sakamoto (2008), inspirada em Frank e Cook (1996): o quadro que eles descrevem é o de aumento da desigualdade intraocupacional, primariamente nas ocupações altamente qualificadas, em que as incertezas informacionais produziam uma espécie de “*winner-takes-all society*”, com os líderes em determinado campo, abocanhando fatias cada vez maiores da renda. Pelo menos com os dados coletados, não é possível afirmar que isso ocorre no Brasil, justamente porque o aumento da importância relativa da desigualdade intraocupacional não pode ser atribuído apenas às classes e ocupações mais especializadas, muito pelo contrário: o efeito é mais forte justamente nas classes manuais.

Logo, conclui-se que, definitivamente, a hipótese mais forte acerca da ocupacionalização não pode ser aplicada à realidade brasileira. Quanto à hipótese mais fraca, tende-se a rejeitá-la também, uma vez que o percentual da desigualdade associado às diferenças entre as ocupações é, na vasta maioria dos casos, pequeno, embora não desprezível. Além disso, não se encontra uma correlação entre o grau de especialização das classes e um alto valor do componente entre as ocupações, como sugerem os partidários dessa teoria. Por fim, tampouco se acredita que a formulação de Kim e Sakamoto (2008) seja aplicável ao Brasil. Os resultados – em traços bem gerais: diminuição da importância da desigualdade entre classes, estabilidade e pouca importância relativa do componente entre ocupações e crescimento do componente intraocupações – parecem ser melhor compreendidos quando se aliam os argumentos elaborados por economistas para explicar a queda da desigualdade aos diagnósticos produzidos pela Sociologia do trabalho para compreender as transformações estruturais e institucionais do mundo do trabalho no Brasil.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Abertura econômica e absorção de mão de obra no Brasil. In: CASTRO, N.; DEDECCA, C. (Org.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho, 2001.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N. et al. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. v. 1. Brasília: IPEA, 2006.
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N. et al. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. v. 1. Brasília: IPEA, 2006.
- BLAU, Peter; DUNCAN, Otis Dudley. *The American occupational structure*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1967.
- CARDOSO, Adalberto. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal – a Era Vargas Acabou?* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira; BARBOSA, Rogério Jerônimo; SOUZA, Pedro Herculano G. F.; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda: uma análise da década de 2000. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 85, p. 79-98, 2014.
- CASTRO, Nadya A.; DEDECCA, Claudio S. Flexibilidade e precarização: tempos mais duros. In: CASTRO, N.; DEDECCA, C. (Org.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho, 1998.
- COWELL, Frank A. *Measuring inequality*. Oxford: Philip Allan, 1977.
- DURKHEIM, Emile. The Division of Labor in Society. In: C. MANWAI; S. SZENLENYI, et al (Org), *Social stratification: class, race and gender in sociological perspective* (3 ed). Boulder: Westview Press, 2008.
- ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H. The CASMIN project and the American dream. *European Sociological Review*, v. 8, n. 3, p. 283-305, 1992a.
- \_\_\_\_\_. *The constant flux*. Oxford: Clarendon Press, 1992b.
- FERREIRA, Francisco H. G.; BARROS, Ricardo Paes. Climbing a moving mountain: explaining the decline in income inequality in Brazil from 1976 to 1996. In: WORKSHOP OF THE LACEA, I. *Paper...* IDB/World Bank Inequality and Poverty Network. Buenos Aires, 1998.
- FERREIRA, Francisco H. G.; LEITE, Philippe G.; LITCHFIELD, Julie A.; ULYSSEA, Gabriel. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 147-169, 2006.

- FERREIRA, FRANCISCO H. G.; LITCHFIELD, Julie. Education or inflation? The micro and macroeconomics of the Brazilian income distribution during 1981-1995. *Cuadernos de Economía*, v. 38, n. 114, p. 209-238, 2001.
- FRANK, Robert H.; COOK, Philip J. *The winner take all society*. Nova Iorque: Penguin Books, 1996.
- GANGLIANI, Giorgio. Long-term changes in the occupational structure. *European Sociological Review*, v. 1, n. 3, p. 183-210, 1985.
- GOLDTHORPE, John H. *On sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory*. Oxford UK; New York: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. Occupational Sociology, yes: class analysis, no: comment on Grusky and Weeden's research agenda. *Acta Sociologica*, v. 45, n. 3, p. 211-217, 2002.
- \_\_\_\_\_. *On Sociology*. 2. ed. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2007.
- GRUSKY, David B.; GALESCU, Gabriela. Foundations of a neo-Durkheimian class analysis. In: GRUSKY, David B.; GALESCU, Gabriela (Org.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GRUSKY, David B.; SORENSEN, Jesper B. Can class analysis be salvaged? *The American Journal of Sociology*, v. 103, n. 5, p. 1187-1234, 1998.
- GRUSKY, David B.; WEEDEN, Kim. Decomposition without death: a research agenda for a new class analysis. *Acta Sociologica*, v. 44, n. 3, p. 203-218, 2001.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. Por uma Sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 50, p. 103-121, 2002.
- JUHN, Chinhui; MURPHY, Kevin M.; PIERCE, Brooks. Wage inequality and the rise in returns to skill. *Journal of Political Economy*, v. 101, n. 3, p. 410-442, 1993.
- KIM, Chagwan; SAKAMOTO, Arthur. The rise of intra-occupational wage inequality in the United States, 1983 to 2002. *American Sociological Review*, v. 73, n. 1, p. 129-157, 2008.
- KING, Gary. How not to lie with statistics avoiding common mistakes in quantitative political science. *American Journal of Political Science*, v. 30, n. 3, p. 666-687, 1986.
- MOUW, Ted; KALLEBERG, Arne L. Occupations and the structure of wage inequality in the United States, 1980s to 2000s. *American Sociological Review*, v. 75, n. 3, p. 402-431, 2010.
- PARSONS, Talcott. A revised analytical approach to the Theory of Social Stratification. In: PARSONS, T. (Org.). *Essays in sociological theory*. Nova Iorque: The Free Press, 1964.
- PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina. In: BIELSCHOWSKI, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record/Cepal, Cofecon, 2000.

- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2007.
- SABÓIA, João. Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005 - resultados e simulações. *Revista Econômica*, v. 9, n. 2, p. 270-295, 2007.
- SILVA, Nelson do Valle. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. *O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição dos rendimentos do trabalho*. Brasília, IPEA: 2002. (Texto para Discussão 873.)
- SORENSEN, Aage B. The structural basis of social inequality. *The American Journal of Sociology*, v. 101, n. 5, p. 1333-1365, 1996.
- \_\_\_\_\_. Foundations of a rent based class analysis. In: WRIGHT, E. O. (Org.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SOUZA, Pedro Herculano G. F.; CARVALHAES, Flavio Alex De Oliveira. Estrutura de classes, educação e queda da desigualdade de renda (2002-2011). *Dados*, v. 57, n. 1, p. 101-128, 2014.
- VIOLANTE, Giovanni. Skill-biased technological change. In: DURLAF, S. N.; BLUME, L. E. (Org.). *The new palgrave dictionary of economics*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.
- WEEDEN, Kim. Why do some occupations pay more than others? Social closure and earnings inequality in the United States. *American Journal of Sociology*, v. 108, n. 1, p. 55-101, 2002.
- \_\_\_\_\_. Occupational closure and earnings inequality. In: GRUSKY, D. (Org.). *Social stratification – Class, race, and gender in sociological perspective*. 3 ed. Boulder, Colorado: Westview Press, 2008.
- WEEDEN, Kim; KIM, Young Mi; CARLO, Matthew Di; GRUSKY, David B. Social class and earnings inequality. *American Behavioral Scientist*, v. 50, n. 5, p. 702-736, 2007.
- WRIGHT, Erik Olin. *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. Foundations of a New-Marxist class analysis. In: WRIGHT, Erik Olin (Org.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

**ANEXO I.** Esquemas analíticos propostos para o estudo de classes.

<b>Ribeiro (2007)</b>	<b>Erikson e Goldthorpe EGP12</b>
I - Profissionais e administradores, nível alto	I - Profissionais e administradores de nível alto
II - Profissionais e administradores, nível baixo	II - Profissionais e administradores de nível baixo
IIIa1 – Não manual rotina, nível alto (escritório)	IIIa - Não manual de rotina nível alto
IIIa2 - Não manual rotina, nível alto (supervisão)	
IIIb1 - Não manual rotina, nível baixo (escritório)	IIIb - Não manual de rotina nível baixo
IIIb2 - Não manual rotina, nível baixo (serviços)	
Iva - Pequenos proprietários, empregadores	Iva - Pequenos proprietários com empregados
Ivb - Pequenos proprietários, sem empregados	Ivb - Pequenos proprietários sem empregados
IVc2 - Pequenos proprietários rurais, sem empregados	IVc2 - Conta própria rural
IVc1 - Pequenos proprietários rurais, com empregados	IVc - Empregadores rurais
V - Técnicos e supervisores do trabalho manual	V - Técnicos e supervisores do trabalho manual
Via - Trabalhadores manuais qualificados, indústria moderna	VI - Trabalhadores manuais qualificados
Vib - Trabalhadores manuais qualificados, indústria tradicional	
Vic - Trabalhadores manuais qualificados, serviços	
VIIa1 - Trabalhadores manuais não qualificados, indústria	VIIa - Trabalhadores manuais semiquualificados e não qualificados
VIIa2 - Trabalhadores manuais não qualificados, serviços	
VIIa3 - Trabalhadores manuais não qualificados, serviços domésticos	
VIIa4 - Trabalhadores manuais não qualificados, ambulantes	
VIIb - Trabalhadores manuais rurais	VIIb - Trabalhadores rurais

**ANEXO II.** Distribuição geral das classes, 1981-2007.

	Percentuais válidos, homens e mulheres, 1981-1993												
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
I	3,8	3,7	3,7	3,8	3,7	3,8	3,9	4,1	4,2	4,0		3,8	4,1
II	4,5	4,4	4,5	4,7	4,6	5,0	5,4	5,5	5,5	5,3		5,6	5,5
IIIa1	3,9	3,9	4,2	4,3	4,5	4,4	4,3	4,6	4,6	4,7		7,5	7,4
IIIa2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,2	3,4	3,3	3,5	3,6	3,4		3,9	3,9
IIIb1	4,0	4,0	4,0	4,2	4,4	4,5	4,5	4,6	5,0	4,9		5,7	5,5
IIIb2	1,1	1,0	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	1,2	1,3	1,2		1,3	1,3
IVa	3,3	3,5	3,5	3,5	3,4	3,8	3,8	3,8	4,7	5,1		3,6	3,5
IVb	3,7	3,9	3,9	3,8	4,0	4,1	4,4	4,4	4,3	4,8		5,4	5,5
IVc2	11,7	11,6	9,6	11,2	10,7	10,2	8,8	9,1	8,8	8,3		8,2	8,0
IVc1	1,5	1,6	1,3	1,5	1,4	1,3	1,2	1,0	1,2	1,5		1,3	1,2
V	2,5	2,6	2,5	2,5	2,5	2,5	2,7	2,9	2,5	2,4		2,3	2,3
Via	4,5	4,4	4,3	4,3	4,5	4,5	4,5	4,5	4,6	4,2		4,3	4,2
Vib	10,5	10,6	9,8	9,6	9,6	10,2	10,1	9,7	9,7	9,6		10,2	10,3
Vic	2,4	2,5	2,7	2,6	2,7	2,9	2,9	3,0	3,0	3,0		3,3	3,4
VIIa1	8,8	8,1	11,0	7,7	8,1	7,7	8,4	8,0	7,7	7,4		6,1	6,5
VIIa2	6,1	6,0	6,0	5,9	5,9	5,9	5,9	6,0	6,0	6,1		10,6	10,8
VIIa3	10,5	11,2	11,5	11,6	11,7	11,6	12,1	12,0	12,0	12,0		4,0	3,7
VIIa4	2,6	2,5	2,6	2,9	2,7	2,9	2,7	2,6	2,9	3,1		3,3	3,4
VIIb	11,4	11,4	10,9	11,7	11,3	10,2	10,0	9,5	8,6	9,0		9,7	9,4
Total	101695	109841	111584	114096	119304	67274	71070	71724	68696	75385		73246	75368

Percentuais válidos, homens e mulheres, 1995-2007													
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
I	4,2	4,4	4,3	4,5	4,4		4,7	4,1	4,2	4,0	4,2	4,2	4,2
II	5,2	5,6	5,2	5,2	5,3		5,4	4,9	4,6	4,6	4,9	5,0	5,1
IIIa1	7,2	7,0	7,0	7,0	7,2		7,5	6,5	7,0	7,0	7,1	7,4	7,3
IIIa2	4,0	4,0	4,0	4,3	4,2		4,0	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,6
IIIb1	6,1	6,7	6,8	6,8	7,0		7,6	6,1	6,4	6,4	6,7	7,2	7,3
IIIb2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,2		1,4	2,1	2,0	2,1	2,2	2,2	2,4
IVa	3,5	3,3	3,5	3,4	3,4		3,4	4,2	3,9	3,8	4,0	4,3	3,6
IVb	5,5	6,0	5,9	5,5	5,6		5,5	5,0	5,1	4,9	4,9	4,7	4,6
IVc2	8,2	7,9	8,1	7,6	7,6		6,7	6,0	6,0	6,2	5,4	5,2	4,8
IVc1	1,1	0,9	0,9	0,9	0,9		0,8	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5
V	2,1	2,2	2,3	2,1	2,1		2,1	3,1	2,6	2,7	3,3	2,8	3,1
VIa	4,5	4,2	4,2	4,1	4,1		4,2	5,4	5,6	5,7	5,7	5,7	5,9
VIb	10,2	10,7	10,3	10,4	10,2		10,2	8,0	8,0	7,8	7,3	7,7	7,7
VIc	3,7	3,4	3,7	3,9	3,8		4,1	4,4	4,6	4,4	4,5	4,6	4,7
VIIa1	6,2	6,2	6,3	6,4	6,8		6,7	6,5	6,2	6,3	6,4	6,3	6,5
VIIa2	10,7	10,5	10,7	11,4	11,1		11,3	9,5	9,6	9,8	9,5	9,7	9,8
VIIa3	3,8	3,4	3,3	3,4	3,2		3,2	10,5	10,5	10,7	10,8	10,7	10,6
VIIa4	4,0	3,4	3,5	3,6	3,7		3,7	3,0	3,0	2,8	2,9	2,7	2,6
VIIb	8,6	8,8	8,7	8,1	8,2		7,5	6,2	6,3	6,4	6,1	5,7	5,7
Total	80924	78087	83296	83615	85048		93254	114054	114789	122373	125684	129415	127535

Legenda		
Setor	Código	Nome
Classes não manuais não proprietárias urbanas	I	Profissionais e administradores, nível alto
	II	Profissionais e administradores, nível baixo
	IIIa1	Não manuais de rotina, nível alto (escritório)
	IIIa2	Não manuais de rotina, nível alto (supervisão)
	IIIb1	Não manuais de rotina, nível baixo (escritório)
	IIIb2	Não manuais de rotina, nível baixo (serviços)
Classes proprietárias urbanas	IVa	Pequenos proprietários empregadores
	IVb	Pequenos proprietários, sem empregados
Classes proprietárias rurais	IVc2	Pequenos proprietários rurais, sem empregados
	IVc1	Pequenos proprietários rurais, com empregados
Classes de trabalhadores manuais qualificados e não qualificados	V	Técnicos e supervisores do trabalho manual
	VIa	Manuais qualificados, indústria moderna
	VIb	Manuais qualificados, indústria tradicional
	VIc	Manuais qualificados, serviços
	VIIa1	Manuais não qualificados, indústria
	VIIa2	Manuais não qualificados, serviços
	VIIa3	Manuais não qualificados, serviço doméstico
	VIIa4	Manuais não qualificados, ambulantes
Classes rurais	VIIb	Trabalhadores manuais rurais